

Projeto criou polêmica e teve muitas emendas na Alerj

A Assembléia Legislativa (Alerj) votou a lei de Diretrizes Orçamentárias no dia 30 de junho, um dia antes de entrar em recesso parlamentar, em sessão convocada extraordinariamente. Participaram da sessão cerca de 60 dos 70 parlamentares. Nos três últimos dias que antecederam a votação, os parlamentares do PDT se movimentaram e, através de diversos acordos,

conseguiram reduzir substancialmente o número de emendas, que chegara a passar de cem.

Um dos pontos polêmicos, discutido exaustivamente nos gabinetes e no plenário, foi a obrigatoriedade, explicitada na Lei, de que os reajustes a serem concedidos pelo Governo terão que ser encaminhados à Assembleia Legislativa para aprovação. No texto inicial, isso não estava claro e cabia a interpretação de que o

Executivo poderia conceder aumentos sem consultar a Alerj.

Ontem, o Secretário estadual de Pianejamento, Fernando Lopes, disse que a Assembléia não promoveu nenhuma modificação essencial ao projeto enviado pelo Executivo. Segundo ele, isso demonstra que os parlamentares compreenderam o espírito do projeto e até o aperfeiçoaram com as emendas apresentadas.